

**O TEMA TRANSVERSAL MEIO AMBIENTE:
O QUE PENSAM E COMO TRABALHAM OS
PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA**

*Alday de Oliveira Souza **

Resumo: O presente estudo¹ apresenta uma análise acerca de como vem sendo trabalhado o tema Meio Ambiente em escolas públicas estaduais de Vitória da Conquista, na Bahia. Fez-se uma pesquisa para identificar as concepções dos professores sobre a Educação Ambiental (EA) e as formas como eles têm trabalhado o tema em salas de aula. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, tendo a entrevista semi-estruturada como mecanismo de coleta de dados. O público-alvo constituiu-se dos professores que ministram as disciplinas Ciência e Geografia na rede estadual de ensino. Os resultados obtidos pela pesquisa apontam que os professores desconhecem a proposta do tema transversal Meio Ambiente, como apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), assim como os princípios que norteiam a prática da EA. A pesquisa revelou que poucas atividades são desenvolvidas, e estas só ocorrem em datas comemorativas com pequenos projetos de intervenção pedagógica

* Bióloga. Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: aldayos@yahoo.com.br.

¹ Artigo extraído da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Reforma Curricular e a Educação Ambiental no Município de Vitória da Conquista – BA”, defendida em 2004, no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	n. 3	p. 245-262	2007
--------------------	----------------------	------	------------	------

que, quase sempre, apresentam concepções conservadoras e biológicas. O parco conhecimento apresentado pelos docentes sobre a EA tem sido um impedimento para que haja integração curricular.

Palavras-chave: Educação. Meio Ambiente. Transversalidade.

Introdução

Os danos ao acervo ambiental que vêm sendo constatados ao longo dos anos são decorrentes da forma de atuação do homem que, no anseio de adquirir uma melhor condição de vida, acabou por promover várias ações danosas ao ambiente e à humanidade.

Diante do processo de degradação humano-ambiental, desencadearam-se, na década de 70 do Século XX, questionamentos e reflexões sobre a necessidade de transformação do comportamento do homem para com o ambiente e seus semelhantes, tendo como perspectiva a mudança do paradigma que regia a sociedade em âmbito mundial. Visando contribuir para a construção desse novo paradigma, surge, mundialmente, a proposta da Educação Ambiental (EA), que passou a assumir importante papel no processo de desconstrução e reconstrução de valores éticos, sociais, políticos, econômicos e ambientais das sociedades contemporâneas. Assim, na atualidade, a EA se apresenta como uma nova dimensão a ser incorporada no processo educacional, fomentando discussões sobre a necessária integração homem/natureza e o repensar do modelo civilizatório. (GUIMARÃES, 2000).

O desenvolvimento da EA na sociedade deve ocorrer em todos os espaços sociais, com o objetivo de esclarecer a população, propiciar reflexões e vivências que permitam a compreensão das inter-relações existentes entre o sujeito, a cultura, a política e o ambiente. Essas ações contribuirão para a construção do alicerce sobre o qual serão formados indivíduos socialmente críticos e capazes de interferir no contexto socioambiental.

A perspectiva da EA no Brasil ganhou maior ênfase a partir da *Rio 92*, quando surgiu um número significativo de projetos, que tiveram como resultado a produção de vídeos, cartilhas, *sites* na *Internet* e a realização de eventos que versavam sobre o tema. Essas ações foram desenvolvidas por órgãos federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais e pesquisadores das universidades, que tinham o objetivo de despertar a sociedade para análise e compreensão dos problemas ambientais evidenciados no mundo.

A EA, no âmbito escolar, foi estabelecida desde a publicação do Parecer 226/87, que prevê a sua incorporação de forma interdisciplinar em todos os níveis de ensino, sendo posteriormente reafirmada com a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 225, e, em seguida, reafirmada com o Parecer 678/91, que estabelece o desenvolvimento da EA nos currículos da Educação Básica. Assim, no Brasil, já são dezenove anos de legislação e ações para viabilizar sua implantação no ensino formal.

As mais recentes tentativas de inserir a EA na educação vieram com a reformulação curricular da Educação Básica, com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 02/98 e 03/98, para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente) e elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que propõem a incorporação de seis temas transversais, entre eles o Meio Ambiente. Além disso, foi promulgada a Lei 9.795/99 e baixado o Decreto 4281/6/2002, que definem a política nacional de EA no Brasil e reafirmam a inclusão da temática em todos os níveis de ensino. As ações governamentais evidenciam, assim, o fortalecimento institucional da EA na educação formal.

A implantação dos temas transversais pode ser interpretada como uma tentativa de articular as atividades do espaço escolar com as questões sociais, uma vez que a escola se encontra “conservadora e presa a um tempo e espaço anacrônico e lento, a um espaço e tempo do passado e do futuro, jamais do presente”. (FABRIS, 2001, p. 91). Isso significa que pode estar ocorrendo, nas escolas, uma desconexão entre o que é

trabalhado pelos conteúdos curriculares e o que o aluno vivencia no seu dia-a-dia. Como a escola é um espaço de construção e socialização dos conhecimentos, ela deve estar sempre aberta a inovações e atualizações de sua época, contribuindo para a formação do cidadão.

Os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais vislumbram não apenas a interação dos conhecimentos, mas, principalmente, a solução, por intermédio da educação, do atual estado de deterioração das relações humano-ambientais. Os temas propostos abrangem os graves problemas enfrentados atualmente pela sociedade, frutos do modelo de desenvolvimento que vem, ao longo dos anos, promovendo desvalores, desigualdades sociais e degradação ambiental. A introdução desses temas na escola busca levar os alunos a uma reflexão sobre a sociedade, que, diariamente, nos induz a construir valores ínfimos de consumo, promovendo uma distorção da essência do homem, que, diante do mercado competitivo, passou a se preocupar muito mais com os valores materiais, esquecendo-se da afetividade tão necessária ao seu equilíbrio.

A educação, na atual conjuntura, acaba por contribuir com esse modelo social, em decorrência da estrutura organizacional centrada em disciplinas consideradas socialmente relevantes e aplicadas de forma estanque e desconexa da realidade. De acordo com Moreno (1999), a atual estrutura disciplinar necessita sair de suas torres de marfim e deixar-se impregnar de vida cotidiana, sem que isso pressuponha, de forma alguma, renunciar às elaborações teóricas imprescindíveis ao avanço da ciência. Nessa perspectiva, a implantação dos temas transversais aponta para uma possível modificação da estrutura disciplinar para algo mais flexível e rico de experiências sociais, possibilitando aos alunos interpretar as subjetividades dos diferentes contextos em que vivem.

A perspectiva transversal, no espaço escolar, segundo Moreno (1999) e Macedo (1998), deve ser o eixo vertebrador dos conhecimentos, e as temáticas das áreas curriculares devem girar em seu entorno, mudando dessa forma a abordagem dos conteúdos. Os

autores acreditam que o entrelaçamento das disciplinas aos temas transversais possibilitará uma aproximação entre o conhecimento científico e o cotidiano da sociedade, criando novos horizontes de construção de conhecimento para a formação do indivíduo.

De acordo com Gallo (1999), a adoção de temas socialmente relevantes pelo currículo implica na elaboração de currículos escolares diferentes, com novos espaços de construção de conhecimento, nos quais a circulação de saberes não possuirá hierarquização de áreas. No entanto, ao se analisar a proposta dos PCNs, é possível perceber que o eixo centralizador da formação do cidadão e da educação de “qualidade” continua composto pelas disciplinas tradicionalmente conhecidas. Neste sentido, considera-se que os temas transversais podem ficar à margem dos conteúdos. (MORENO, 1999).

O tema Meio Ambiente, como um dos temas transversais a ser abordado no espaço escolar, tem a intenção de promover a construção da consciência ambiental por meio da educação, tendo em vista o atual quadro de degradação socioambiental do planeta. Trabalhar na perspectiva ambiental significa entender e avaliar os impactos advindos da relação danosa do homem com o ambiente, possibilitando ver os recursos naturais como patrimônio de todos e a sua exploração como algo que deve ocorrer de forma equilibrada e sustentável, garantindo a sua permanência para as gerações futuras.

Segundo os PCNs, o desenvolvimento desse tema tem como principal função contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental. Logo, para implementar esta formação é necessário que a escola deixe de “transmitir apenas informações e conceitos estanques e passe a trabalhar na perspectiva de orientar reflexões que proponham mudança de atitudes e formação de novos valores, dentro do processo ensino e aprendizagem”. (BRASIL, 1998, p. 187).

Educar, sob a perspectiva de práticas socioambientais para a formação do cidadão, é propor que a educação assuma a sua condição de formadora/emancipadora, e não apenas de transmissora. Tal

concepção está embasada nos princípios estabelecidos no tratado da Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global:

A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira. (ONG's, 1992, p. 195).

A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. (ONG's, 1992, p. 196).

A perspectiva ambiental, na escola, propõe estabelecer relações entre os conteúdos desenvolvidos nas diferentes áreas do conhecimento e o contexto sociocultural, político e ambiental, o que poderá possibilitar uma melhor compreensão da rede de relações existentes. Na essência, o trabalho de EA exige um reexame de hábitos, atitudes e valores estabelecidos, com o intuito de alterá-los ou, quem sabe, de resgatar valores esquecidos pelo homem e pela sociedade.

Os PCNs apresentam uma proposta de educação mais “emancipadora”, contudo, quando se refere ao tema Meio Ambiente, demonstra contradição nos seguintes pontos:

1. A proposta baseia-se em três eixos temáticos que são: Natureza Cíclica; Sociedade e Meio Ambiente; Manejo e Conservação Ambiental. Entre esses temas, devem ser abordados conteúdos como: desmatamento, poluição dos rios, tratamento do lixo e análise do uso do ambiente na perspectiva sustentável da agricultura.
2. Os conteúdos devem ser trabalhados na perspectiva ecológica e social, devendo ser apresentados os efeitos nocivos e benéficos da ação humana, à luz de conceitos básicos da Ecologia. Essa

forma de trabalho, segundo o referencial, poderá proporcionar, no espaço escolar, uma percepção mais ampla da relação homem-ambiente, sensibilizando os alunos para a necessidade de conservar e gerenciar o ambiente de forma sustentável.

3. O desenvolvimento do tema Meio Ambiente deve enfatizar aspectos regionais relevantes que possam contribuir para a construção de projetos coletivos.

4. Toda a proposta deve ser desenvolvida de forma transversal e interdisciplinar dentro dos conteúdos tradicionais das diferentes áreas de conhecimento.

Atualmente, a proposta pedagógica sobre o tema Meio Ambiente se apresenta “enrijecida” por conteúdos pré-estabelecidos, definições de conceitos ecológicos e sugestões de atividades que parecem soltas e desconexas. O enfoque ecológico pode levar a uma visão simplista acerca do trabalho a ser desenvolvido na EA, uma vez que ela se fundamenta em uma série de idéias e conceitos vindos das diversas áreas do conhecimento, como História, Filosofia, Geografia, Antropologia e Ecologia, entre outras. Essa interação de saberes possibilita compreender a complexa rede de relações que envolvem o homem, o ambiente, a sociedade e suas culturas. Além disso, a EA deve ser um processo educativo voltado para o ambiente, tendo como linha-mestra a reflexão sobre os atuais valores humanos, o que não deve ficar limitado apenas a um enfoque, porque restringiria a sua magnitude e poderia gerar equívocos, principalmente no âmbito da escola, onde os conteúdos da Ecologia são trabalhados nas disciplinas Ciências e Biologia.

Entende-se que a proposta dos PCNs referentes ao tema Meio Ambiente se insere na crítica realizada por Leff (2001, p. 119), quando considera que a incorporação do tema, no espaço escolar, se limitou a:

[...] internalizar os valores de conservação da natureza; os princípios do ambientalismo se incorporaram através de uma visão das inter-relações dos sistemas ecológicos e sociais para

destacar alguns problemas mais visíveis da degradação ambiental, tais como a contaminação do solo e da água... A Educação Ambiental interdisciplinar, entendida como a formação de habilidades para apreender a realidade complexa, foi reduzida à intenção de incorporar uma consciência ecológica no currículo tradicional.

O desenvolvimento da EA, no espaço formal, é muito mais amplo do que a proposta apresentada nos PCNs. Dessa forma, é possível dizer que emerge do documento a necessidade de processo formativo dos docentes para que eles possam discutir e tomar consciência dos limites e possibilidades dessa proposta, para que o desenvolvimento desse tema não corra o risco de ser trabalhado de forma fragmentada, passando a ser considerado como mais um acúmulo de informações, ficando submerso o seu real objetivo que é a transformação dos valores, atitudes e hábitos dos homens.

Caminhos metodológicos

O estudo analisou a prática da EA, as concepções e os trabalhos desenvolvidos por alguns professores das escolas estaduais do Ensino Fundamental, (5ª a 8ª série), no município de Vitória da Conquista, na Bahia. Para dar início à investigação, em um primeiro momento, foi feito um levantamento para conhecer o número de professores que ministravam as disciplinas Ciências e Geografia na rede estadual de ensino. Desse modo, foi definida a amostragem – 20% do total dos docentes que lecionam essas disciplinas. Assim, foram entrevistados 27 professores: 15 de Ciências e 12 de Geografia.

Para a realização do estudo, foram utilizados os procedimentos da pesquisa exploratória, tendo a entrevista semi-estruturada como instrumento para a coleta de dados.

A escolha das duas áreas de conhecimento (Ciências e Geografia) foi definida com base em três fatores:

1. não se perceberam mudanças na estrutura curricular das escolas durante o período de visitas para acompanhamento de estágio de Ciências e Biologia;²
2. identificou-se certo distanciamento dos professores de Português, Matemática, História e Inglês com Meio Ambiente, que diziam não se sentirem responsáveis em trabalhar com o tema, por considerá-lo de responsabilidade apenas do professor de Ciências;
3. as áreas de conhecimento escolhidas apresentam uma afinidade com o tema.

Apesar da escolha de duas áreas de conhecimento, participaram da pesquisa professores formados em outros cursos, por lecionarem as disciplinas Ciência e Geografia. Dessa forma, o quadro dos entrevistados ficou assim:

1. professores que lecionam Ciências e que possuem a seguinte formação: Bacharelado em Agronomia; Licenciatura em Pedagogia; Estudos Sociais; Licenciatura Curta em Ciências com Habilitação em Matemática; Licenciatura Curta em Ciências; Licenciatura em Ciências Biológicas; Magistério;
2. professores que lecionam Geografia e que possuem a seguinte formação: Licenciatura em Geografia; Licenciatura em Estudos Sociais e Licenciatura em História.

Este cenário possibilitou conhecer mais de perto as concepções sobre a EA pelo olhar de diferentes profissionais que pertencem a outras áreas do conhecimento além da Biologia e Geografia.

A transversalização no município

O primeiro elemento analisado no estudo foi a diversidade de formação apresentada pelos profissionais que atuam em Geografia e

² A pesquisadora é professora das disciplinas Prática de Ensino de Biologia e Ciências.

Ciências. Foi possível constatar que as escolas não têm considerado a formação acadêmica dos professores no momento em que eles têm de assumir as disciplinas-foco da pesquisa. Na maioria das vezes, esses profissionais não possuem a formação necessária, o que pode vir a provocar problemas quanto ao tratamento das informações, ou seja, ao trabalharem os conteúdos, eles podem ficar restritos à abordagem contida nos livros didáticos ou passar conhecimentos de maneira equivocada por falta de base.

Ao buscar informações acerca de como o tema Meio Ambiente estava sendo trabalhado pelos professores, foi possível verificar que os docentes, de modo geral, desenvolvem algumas ações em datas comemorativas, a exemplo do “Dia do meio ambiente”, “Dia da água”, “Dia da árvore”, entre outras. As atividades, quase sempre, possuem cunho informativo, são dissociadas do Projeto Político-pedagógico da escola e só são estruturadas e desenvolvidas pelos professores de Ciências e ou Geografia, não existindo, portanto, a integração das demais áreas do conhecimento, ou seja, não há transversalização. No levantamento dos dados, identificou-se apenas um projeto que trabalhava com os temas sexualidade, educação ambiental, drogas, violência e ética. Contudo, esse projeto também se encontrava desvinculado do Projeto Político-pedagógico da escola e acontecia esporadicamente no decorrer do ano letivo.

Foi verificado, ainda, que algumas escolas não possuem o Projeto Político-pedagógico, o que se constitui em fator inibidor para a implantação dos temas transversais e, conseqüentemente, para aprofundamento do tema Educação Ambiental, tendo em vista que este deve perpassar todas as disciplinas, propiciando a integralização de saberes.

Constatou-se, ainda, que a não-integração das atividades de EA no contexto escolar é decorrente de três fatores: 1. falta de um suporte teórico sobre os princípios que norteiam a proposta para EA; 2. falta de compreensão do significado da transversalização e 3. falta de conhecimento, pelo professor entrevistado, da proposta para o tema transversal Meio Ambiente contida na proposta dos PCNs, por nunca ter se interessado em lê-la.

O retrato do desconhecimento por parte dos professores sobre a temática se consolidou ainda mais quando se procurou conhecer o conceito de EA que eles possuíam. Dos profissionais pesquisados, 18% não emitiram opinião sobre o tema. Esse silêncio foi interpretado como um sinal de insegurança e falta de conhecimento do que seja trabalhar na perspectiva ambiental, visto que não havia razões claras para tal omissão. Este dado revela certa desinformação em uma parcela significativa dos professores.

O demais docentes que emitiram opiniões sobre o tema tiveram suas respostas agrupadas em três linhas de concepção: conservacionista, biológica e socioambientalista.

A concepção conservacionista fundamenta-se na defesa dos valores naturais, permitindo a intervenção humana, desde que ela ocorra de forma ecologicamente sustentável. Contudo, os docentes, ao emitirem as suas definições, demonstraram não entender a diferença entre conservação e preservação, utilizando essas duas terminologias com o mesmo sentido como demonstram as seguintes falas: “Educação Ambiental é preservar a natureza; para isso precisamos conscientizar os nossos alunos da importância dela para a nossa vida” (PGES³); “Educação Ambiental é preservar a natureza, preservar para que possamos usufruí-la” (PCAG⁴); “Educação Ambiental consiste nesses conhecimentos que nós temos para melhorar a sobrevivência do homem no planeta terra” (PCC⁵).

Os aspectos destacados nas falas demonstram que os professores se preocupam com a conservação do ambiente, mas apresentam a visão antropocêntrica, segundo a qual o homem só vê utilidade na natureza quando pode usufruir dela – não existindo, portanto, o sentido de pertencimento ao ambiente. Esse pensar é sustentado pela ética antropocêntrica, oriunda do pensamento cartesiano, que opera na dicotomia homem-natureza. Ficou bastante claro, nas falas dos docentes, que eles não conseguem estabelecer uma relação

³ Professor de Geografia com formação em Estudos Sociais (PGES).

⁴ Professor de Ciências com formação em Agronomia (PCAG).

⁵ Professor de Ciências com formação em Licenciatura curta em Ciências (PCC).

do tema com as questões políticas e econômicas da sociedade. Nessa categoria, encontram-se 52% dos docentes entrevistados.

Questionados acerca do conceito de EA, uma parcela de professores apresenta a definição de Ecologia, como podemos ver nas seguintes falas “Seria praticamente estudar o ambiente” (PCC); “É o estudo das relações dos seres vivos” (PCMT⁶), demonstrando que eles entendem a EA apenas como o estudo da Ecologia.

A Ecologia “estuda o lugar onde se vive com ênfase sobre a totalidade ou padrão de relação entre os organismos e o seu ambiente” (ODUM, 1983, p. 1), envolvendo os aspectos físicos, químicos e biológicos. Essa concepção foi definida como “biológica”, em decorrência da confusão conceitual apresentada pelos professores, ficando claro o desconhecimento da diferença existente entre a proposta de trabalho da EA e o estudo da Ecologia. Dos docentes pesquisados, 26% apresentaram a concepção biológica, ou seja, em sentido *lato*, revelaram desconhecimento conceitual de Educação Ambiental.

A EA é uma dimensão da educação que se fundamenta em idéias e conceitos vindos das diversas áreas do saber. Portanto, faz-se necessário ter clareza sobre o campo de sua atuação, principalmente no âmbito da escola, onde são trabalhados os conteúdos da Ciência ecológica, para não correr o risco de se restringir a EA apenas a conceitos ecológicos ou a conteúdos de ciências.

Para Guimarães (2000, p. 31), o trabalho na perspectiva ambiental não é

[...] simplesmente transmitir valores “verdes” do educador para o educando; essa é a lógica da educação “tradicional”; é, na verdade, possibilitar ao educando questionar criticamente os valores estabelecidos pela sociedade, assim como os valores do próprio educador que está trabalhando em sua conscientização. É permitir que o educando construa o conhecimento e critique valores a partir de sua realidade, o que não significa um papel neutro do educador.

⁶ Professor de Ciências com formação em Matemática (PCMT).

O enfoque a ser dado na escola acerca do tema deve possibilitar a compreensão das interconexões existentes entre os avanços tecnológicos, o crescimento econômico e a necessidade de preservar e conservar a natureza. Isso significa que não é apenas falando de conteúdos biológicos ou ecológicos que se desenvolve a EA.

A terceira concepção identificada foi a “socioambientalista”, que apresenta a preocupação de entender os aspectos mais gerais que envolvem os problemas ambientais e sociais na atual realidade, além de colocar o sentido de pertencimento do homem ao ambiente natural, como mostra a fala da docente:

A Educação Ambiental para mim extrapola o todo, porque vem a questão humana, a sua dignidade, a não-valorização da natureza, a não-conscientização do homem em se sentir parte integrante do ambiente. Bem, eu hoje vejo que a parte ecológica deve promover a conscientização do ser humano para a preservação da natureza e para a sua vida, pois ele tira dela o seu sustento. Hoje eu já consigo passar essa preocupação de um todo, de relacionar a questão da economia, de preservar o ambiente porque cada vez que destruimos a natureza, também somos sacrificados (PCC).

Essa concepção é a que mais se aproxima dos princípios que norteiam a EA. Infelizmente apenas 4% dos docentes entrevistados apresentam esse entendimento.

As concepções apresentadas na pesquisa revelam um aspecto bastante preocupante, pois a maioria dos professores pesquisados, independentemente do grau de escolaridade, seja de magistério, de nível superior ou com formação acadêmica específica em Ciências, Biologia e Geografia, apresentou a concepção de EA voltada apenas para o conservacionismo, demonstrando não perceber ou não se importar com as conexões existentes entre o sistema social e as questões ambientais.

As concepções identificadas nesta pesquisa apresentam similaridade com o estudo realizado por Barbosa, Machado & Granjeiros (2003) sobre as concepções de EA dos professores do

Ensino Fundamental do interior do estado do Ceará. Os autores identificaram as seguintes percepções sobre a EA: preservação, conservação do ambiente limpo como parte do ambiente, até uma percepção de interconexões entre tudo e todos. Esses resultados similares encontrados nas duas pesquisas indicam que existe um longo percurso a ser trilhado na formação dos docentes para a consecução da EA na escola.

Os profissionais que atuam nas disciplinas Geografia e Ciência apresentam certa limitação de conhecimento sobre as questões ambientais, que pode ser proveniente de dois aspectos: a ocupação dessas “cadeiras” por profissionais com formação inadequada, como veterinários, agrônomos, pedagogos, historiadores etc., o que supostamente contribui para o desconhecimento do tema, apesar de não lhes ser tirado o direito de procurar conhecê-lo para trabalhá-lo; a falta de discussões mais pontuais acerca da temática EA nos cursos de Geografia, Ciência e Ciências biológicas, o que tem contribuído para a forma inadequada com que se tem trabalhado o tema na escola. Os profissionais de nível superior, formados nessas áreas específicas, pelo menos em tese, deveriam estar familiarizados com o tema transversal Meio Ambiente e com as questões socioambientais.

Ao questionarmos sobre como a EA era desenvolvida em sala de aula, 41% dos docentes afirmaram não desenvolver nenhuma atividade, enquanto 59% asseguram desenvolver algumas ações. A forma das atividades descrita pelos docentes segue estes procedimentos metodológicos: trabalho com o tema, seguindo a abordagem dos conteúdos do livro didático; convite a pessoas para proferirem palestras; trabalhos avaliativos com apresentação dos alunos sobre alguns assuntos, como desmatamento, poluição, entre outros, e aulas expositivas quando são abordados os temas poluição desmatamento, lixo.

As descrições dos “trabalhos de EA” desenvolvidos pelos professores permitem inferir que as atividades, quase sempre, possuem um cunho informativo e estão descontextualizadas. Dessa forma, é

possível afirmar que, entre os professores pesquisados, não existe o desenvolvimento da EA como estabelecido pelos PCNs.

Os dados desta pesquisa aproximam-se daqueles encontrados por Zakrzewski e Sato (2003, p. 11) na pesquisa realizada sobre as tendências da Educação Ambiental nas escolas gaúchas. Essas autoras identificaram que, ao longo dos tempos, a “EA vem sendo vinculada ao ensino de ciências naturais e abordada como conteúdos ou matéria”. Nesse mesmo trabalho, elas afirmam que os currículos das escolas gaúchas só passaram a apresentar uma proposta de EA mais crítica e emancipatória a partir do início do novo milênio, porém restrita aos planos de estudos das disciplinas da área de Ciências.

Os resultados encontrados nesta pesquisa indicam que a situação dos docentes do município de Vitória da Conquista não é algo isolado; possivelmente seja um indicador de como a percepção dos indivíduos sobre as questões ambientais e a prática da EA na escola ainda são elementares.

A elaboração e execução de uma proposta pedagógica de EA não deve ser objeto de trabalho de uma única disciplina do currículo escolar. Ao contrário, pressupõe a articulação das diferentes disciplinas que integram a Base Nacional Comum do currículo escolar. Um programa de Educação Ambiental deve promover, concomitantemente, o desenvolvimento do conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida. Somente fomentando a participação de alunos e de professores de forma articulada e consciente será possível compreender o meio ambiente, de modo a promover uma consciência socioambiental capaz de gerar mudança de comportamento.

Algumas considerações

Ao levar em conta a forma como o processo reformista da educação brasileira foi construído e encaminhado, percebe-se que os executores da proposta, isto é, os docentes, não participaram da sua

construção; eles receberam um pacote pronto para ser aplicado no seu dia-a-dia da sala de aula. Portanto, é de se esperar que exista desinteresse, desinformação ou, mesmo, resistência ao documento. Contudo, não é possível se calar diante das questões ambientais e nem deixar de refletir de forma pontual acerca dessa temática.

É necessário, nas licenciaturas em Ciências Biológicas e Geografia, aprofundar estudos acerca da EA com o intuito de oferecer subsídios para a formação de professores comprometidos com as questões sociais, políticas, econômicas e ambientais para que seja possível, em um futuro próximo, trabalhar de forma significativa e contextualizada a Educação Ambiental nas escolas, propiciando o fortalecimento da consciência ambiental.

Nesse sentido, cabe indicar, ainda, a realização de cursos de formação continuada para os professores da rede estadual, com o objetivo de fornecer-lhes elementos para que, inicialmente, passem a compreender o que seja EA e, em seguida, possam trabalhar o tema em suas salas de aulas. Somente dessa forma, a prática da EA se constituirá num princípio norteador do currículo.

A EA deve estar alicerçada em mudanças de hábitos, de atitudes, de comportamento e valores e implica na construção da ética ambiental. Tal ética deve estabelecer uma nova ordem mundial e uma nova filosofia de vida para o ser humano embasada em novos valores sociais e humanos. Seu lastro científico é o estudo da relação homem-natureza, englobando nesse binômio todos os grupos humanos e todos os seres existentes. Essa construção, para ser eficaz numa sociedade, deve partir da cultura e dos valores que foram, ao longo da história, construídos. Portanto, não se pode promovê-la da noite para o dia; deve ser constituída em um processo longo e contínuo nos espaços escolares. Dessa forma, é possível afirmar que existe um longo percurso a ser caminhado no município de Vitória da Conquista com o objetivo de consolidar a prática da Educação Ambiental no espaço escolar.

THE TRANSVERSAL THEME ENVIRONMENTAL: WHAT TEACHERS FROM THE PUBLIC SCHOOLS THINK ABOUT IT AND HOW THEY DEAL WITH IT IN VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA, BRAZIL

Abstract: This study presents an analysis of how the environment theme has been dealt with by teachers from the public schools in Vitória da Conquista – Bahia – Brazil. This research identified teachers' conception about Environmental Education, and also the ways they have dealt with the theme in their classes. The methodology used was the exploratory and the interviews were semi-structured. The informants were all science and geography teachers. Results showed that the teachers do not know the transversal theme "Environment" presented in the National Curricular Parameters, as well as the principles that lead the environment practices. It was also concluded that just a few activities, such as commemorative dates, were developed by the teachers. It was observed that during the development of those activities the science and geography teachers showed conservationist behaviors. The little knowledge presented by the research informants about Environmental Education shows it is a problem for integration to take place.

Key words: Education. Environment. Transversally.

Referências

BARBOSA, T. M. L.; MACHADO, O. V. M.; GRANJEIROS, L. H. F. Concepções de educação ambiental de professores do ensino fundamental do interior do Ceará. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS, 2., 2003, São Carlos, SP. **Anais...** São Carlos, SP: Tec Treina, 2003. 1 CD-ROM.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9795** de 27 de abril de 1999, que aprova a Política nacional de educação ambiental. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2000.

FABRIS, E. H. Não resta dúvida a escola vive em outro tempo e espaço. In: ALFREDO, V. N. et. al. (Org). **Educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 91-97.

GALLO, Silvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, Nilda; GARCIA R. L. (Org). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP &A, 1999. p. 17-41.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental**. Rio de Janeiro: Unigranrio, 2000. (Coleção Temas em meio ambiente).

LEFF, Enrique. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. **Verde cotidiano o meio ambiente em discussão**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 111- 129.

MACEDO, Elizabeth F. Os temas transversais nos parâmetros curriculares nacionais. **Química Nova na Escola**, São Paulo, v. 8, p. 23-27, nov. 1998. Disponível em: <<http://www.foco.lcc.ufmg.br/ensaio/qnesc/pdf/>>. Acesso em: 4 jun. 2002.

MORENO, Montserrat. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUQUETS, M. D. et al. **Temas Transversais em educação**: bases para uma formação integral. Tradução de Cláudia Schilling. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 21-59.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **Tratado das ONG's**. Aprovado no fórum internacional de organizações não governamentais e movimentos sociais no âmbito do fórum global-ECO 92. Rio de Janeiro: Fórum brasileiro de ONG's e movimentos sociais, 1992.

ZAKRZEWSKI, Sônia. B; SATO, Michele. As tendências da educação ambiental na escola gaúcha. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS, 2., 2003, São Carlos, SP. **Anais...** São Carlos, SP: Tec Treina, 2003.1 CD-ROM.

Artigo recebido em: 31/10/2006

Aprovado para publicação em: 15/03/2007